

RESENHA CRÍTICA

MACHADO, Anna Rachel. **Por uma concepção ampliada do trabalho do professor (p.77-97)** em: GUIMARÃES, A.M., MACHADO, A.R. E COUTINHO, A.(orgs.), 2008. **O interacionismo sociodiscursivo: questões epistemológicas e metodológicas.**

Por MUNIZ-OLIVEIRA, Siderlene¹
COGEAE/PUC-SP

Por uma concepção ampliada do trabalho do professor é um artigo de Anna Rachel Machado que está publicado no capítulo 5 do livro *O interacionismo sociodiscursivo: questões epistemológicas e metodológicas*, e trata do conceito de *trabalho* a partir de diferentes autores, propondo uma definição provisória para o trabalho do professor. Na introdução, a autora aborda os dois motivos que a levou fazer esta reflexão sobre o trabalho do professor. O primeiro motivo, de acordo com a autora, deve-se ao fato de que muitos pesquisadores do Brasil, voltados para a questão da formação de professores, questionam a respeito das diferenças que autora e o seu grupo de pesquisa (ALTER-CNPq²) consideram haver entre suas pesquisas e as desses pesquisadores. Já o segundo motivo está ligado ao fato de que no I Encontro Internacional do Interacionismo Sociodiscursivo realizado em 2006 na PUC-SP houve a discussão do texto de Bronckart (2004/2006) “Por que e como analisar o trabalho do professor” no qual o autor explicita a concepção de trabalho de modo muito genérico, de acordo com o ponto de vista de Machado, sendo insuficiente “para compreendermos o que estamos considerando como trabalho na sociedade contemporânea e muito menos como trabalho do professor” (p. 78). Além disso, segundo a autora, a afirmação contemporânea de Bronckart (2004/2006) de que a atividade de ensino é um “verdadeiro trabalho” também precisa de maiores esclarecimentos. Considerando essas duas problemáticas, a autora propõe fazer uma discussão sobre como o conceito de trabalho vem sendo desenvolvido e como ele é concebido atualmente.

Na primeira seção “Por que discutir o conceito de trabalho”, a autora cita alguns autores que consideram que (p.79) “é necessário analisar nossas próprias prenoções sobre os objetos de estudo que enfocamos” (Bourdieu, Chamboredon e Passaron, 1968/2004), pois essas prenoções

¹ E-mail: sidmuniz@terra.com.br

² Para maiores informações acessar <http://dqp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0071801UNZ1IKM>

podem impedir a construção de uma visão científica sobre os fenômenos estudados. A autora também faz referência a Mauss (1968/20042) que considera necessário estabelecer uma definição inicial do objeto a ser estudado como uma construção teórica provisória, objetivando encaminhar a pesquisa, limitando o campo de observação e determinando o objeto a ser estudado. Segundo a autora, esses autores citados partilham de uma posição epistemológica semelhante à que foi postulada por Saussure para os estudos da linguagem, que considera que é o ponto de vista que cria o objeto. Para a autora, embora os quatro primeiros autores citados no início desse parágrafo tenham tratado dessa questão no âmbito da sociologia, ela afirma que a posição desses estudiosos é pertinente para qualquer ciência do humano.

Para encerrar esta seção, a autora esclarece que nas ciências humanas, em geral, e nas ciências do trabalho tem havido muita dificuldade de se conceituar de modo universal todas as formas de agir humano que se desenvolvem em espaços e momentos históricos diferentes ou em um mesmo momento histórico. A autora ainda acrescenta que:

a diversidade e a pluralidade das formas atuais de trabalho têm produzido uma verdadeira batalha intelectual, entre aqueles que consideram que as definições nascidas em contextos sócio-históricos anteriores não estariam mais dando conta do quadro atual, advogando, inclusive o ‘ fim do trabalho (p.80).

Machado conclui esta seção explicando que é exatamente em virtude da dificuldade de conceituar o trabalho que ela desenvolve uma reflexão sobre essa questão, buscando um afastamento das prenoções que circulam sobre o trabalho na sociedade.

Na segunda seção “Algumas prenoções sobre o trabalho”, a autora trata de um levantamento que fez sobre as noções de trabalho em dois dicionários, um de língua portuguesa e um de língua francesa. Algumas dessas noções sobre o trabalho encontradas no primeiro dicionário são: trabalho como esforço; como atividade profissional remunerada ou assalariada; como ação ou modo de expressar uma tarefa, entre outras. No dicionário francês as definições são semelhantes mas mais completas, dando ênfase a um ou outro aspecto do trabalho: definições que dão ênfase à própria atividade; as que dão ênfase à execução e às condições do trabalho e as que dão ênfase à relação entre trabalho e salário.

Para a autora, a partir das relações entre signos, discursos e relações sociais, observa-se que os múltiplos significados que a palavra *trabalho* pode assumir em textos construídos na língua portuguesa e na língua francesa está relacionado ao acúmulo de valores sócio-historicamente

construídos nas duas sociedades que são decorrentes de acordos sociais que, em algum momento histórico, contribuíram para a cristalização de um ou de outro significado. Machado acrescenta ainda que novos acordos também foram se estabelecendo em torno da palavra *trabalho*, gerando-se novos valores.

Segundo Machado, os diferentes significados para o termo *trabalho* no dicionário francês parece “indicar os diferentes focos sobre os quais se pode ‘olhar’ o trabalho humano ou sob os quais ele foi considerado através dos tempos” (p. 82). Prosseguindo com a discussão, a autora afirma que não foi identificada nenhuma definição que contemplasse todos os ângulos possíveis e compara esse fenômeno com o estudado por Bronckart (2004), que aponta os diferentes ângulos de interpretação de diferentes teorias em relação às significações para os termos *atividade* e *ação*. Para finalizar esta seção, a pesquisadora adverte que devemos ter claro o sentido que atribuímos ao termo *trabalho* e que significado lhe é atribuído nos textos que lemos.

Na terceira seção “a Constituição dos significados atuais do termo ‘trabalho’” a autora faz uma exposição sobre os sentidos que têm sido atribuído ao termo trabalho. Segundo ela, o primeiro sentido dado teve uma conotação negativa, sendo o que se manifestou na Bíblia. De acordo com essa concepção, o trabalho era considerado um agir sobre a natureza, que visava à subsistência física da espécie, como consequência do pecado de Adão e Eva e de sua condenação. De acordo com a autora, na Grécia e em Roma, “as atividades econômicas de subsistência e de produção de bens materiais eram reservadas apenas aos escravos e não aos cidadãos livres” (p.83), pois a estes estavam reservadas as produções do espírito. A autora continua explicando que o termo *trabalho* só apareceu nas línguas românicas a partir do começo do século XVI, derivando-se de um instrumento de tortura usado para punir os escravos romanos, o *tripalium*.

A autora esclarece que a atribuição de um significado específico ao termo e uma valoração positiva surgiu com a Reforma e a Ética protestante, que acreditava que o dever do bom cristão também era o de colaborar com a realidade social e econômica, visando à glória de Deus. Porém, esse valor positivo dado ao termo só foi fortalecido no século XVIII com a organização do processo de trabalho fabril. No final deste mesmo século os economistas Smith e Malthus propuseram uma divisão entre o “trabalho produtivo” para as atividades produtoras de bens materiais e o “trabalho improdutivo” para o trabalho doméstico e intelectual. Nessa concepção, o “verdadeiro trabalho” estaria ligado à atividade produtora de riqueza.

A autora prossegue explicando que surgiram contra essas representações para o termo *trabalho* as ideias de Marx e Engels no século XIX, que conceituaram o trabalho de um ponto de vista universal e atemporal. Para esses filósofos, o trabalho é “a condição básica e fundamental de qualquer vida humana, fundadora do humano e do social” (p.84), sendo, ainda, considerada uma atividade universal criativa, de expressão e de realização do ser humano. A autora esclarece que é a partir dos estudos desses filósofos que surge a distinção entre o “verdadeiro trabalho” e o “trabalho alienado”. O primeiro seria considerado aquele que engaja a totalidade do homem, potencializando o desenvolvimento de suas capacidades. Já o segundo seria aquele utilizado para referir-se às formas históricas de sua realização concreta na sociedade capitalista e que para Marx seriam impedimentos para a realização e o desenvolvimento do trabalhador.

Assim, a autora nos lembra que o sentido da expressão “verdadeiro trabalho” dado por Malthus não é mesmo de Marx. Desse modo, essa expressão enunciada por Bronckart (2004/2006) é usada no sentido marxista do termo. Machado avança a discussão afirmando que só recentemente é que se passou a considerar o trabalho intelectual, que não produz bens materiais, como objeto de estudo. A autora adverte que o uso dessa expressão “verdadeiro trabalho”, mas com sentidos diferentes, pode levar a equívocos graves, como, por exemplo, levar a alguns estudiosos considerar que o único objeto de estudo legítimo seria apenas as atividades de produção de bens materiais.

Machado amplia a discussão abordando as formas de organização concreta de trabalho formalizada no começo do século XX com Taylor (1965), que concebeu uma ciência do trabalho como “um conjunto de procedimentos e de técnicas para a análise minuciosa das tarefas a serem desenvolvidas pelos trabalhadores nas fábricas” (p.85), concepção essa que visava ao controle total da tarefa, a maior produtividade e maiores lucros. Nessa abordagem, o trabalho é representado como a simples execução do que é prescrito, sendo sinônimo de tarefa. Foi com a máxima aplicação dos princípios da organização científica do trabalho que se chegou a uma divisão extrema das tarefas, visando fazer crescer a produtividade e adaptando os indivíduos ao trabalho.

Anna Rachel Machado explica que, ao lado de novas necessidades surgidas na Europa no pós-guerra, como a de reconstruir a economia, buscando-se uma maior produtividade, surgiram, também, novas abordagens sobre a questão do trabalho. Estudiosos franceses do trabalho começaram em não aceitar as teorias desenvolvidas por Taylor (1965), propondo que “não se

tratava de adaptar os indivíduos ao trabalho, mas de melhorar as condições de trabalho para esses indivíduos” (p.86). Machado explica que foi neste contexto que surge a Ergonomia francesa com a preocupação de analisar a atividade humana em situação de trabalho, considerando o funcionamento fisiológico, cognitivo e social.

A autora esclarece que, a ergonomia, em seus estudos, construiu as suas noções centrais, a de *trabalho prescrito* e a de *trabalho realizado*, contrapondo-se ao taylorismo, já que os ergonomistas defendiam que havia uma distância inevitável entre o que é prescrito pelas instituições e a atividade efetivamente realizada pelo trabalhador. Desse modo, o não cumprimento integral das prescrições passou a ser considerado um elemento constitutivo da atividade de trabalho, sendo uma manifestação da inteligência criadora dos trabalhadores no confronto com a situação real em que se encontram.

A autora afirma que no Brasil os estudos da ergonomia surgiram mais tarde, na década de setenta sob a influência da vertente anglo-saxônica e da corrente francesa representada por Wisner do CNAM de Paris. Machado encerra a seção acrescentando que nas duas últimas décadas os estudos da ergonomia e de outras disciplinas que estudam questões do trabalho foram acompanhados de novos desafios lançados aos trabalhadores e aos pesquisadores pelas transformações muito rápidas dos sistemas de produção, o que é tema da seção seguinte.

Na seção intitulada “As transformações do mundo do trabalho e a emergência de novos objetos de estudos: a linguagem em situação de trabalho e o trabalho do professor”, Anna Rachel Machado inicia afirmando que o trabalho material e físico foi sendo substituído pelo trabalho imaterial ou de prestação de serviços principalmente nos países desenvolvidos. Desse modo, novas exigências e capacidades começaram a ser colocadas aos trabalhadores, como a capacidade de comunicar-se eficientemente. Assim, nas novas prescrições, o funcionamento da comunicação deveria ser sempre predeterminado pelas empresas.

Machado esclarece que foi nesta época que emergiu o interesse das ciências do trabalho pelas questões da linguagem, surgindo o interesse da linguística pelo estudo da linguagem nas situações de trabalho, passando a ser considerado um objeto de estudo legítimo na França. A autora deixa claro que esses estudos trouxeram muitas contribuições à compreensão do trabalho e salienta a distinção de Lacoste (1995) entre *linguagem sobre o trabalho*, *linguagem no trabalho* e *linguagem como trabalho*. Segundo a autora, Bronckart (2004), reelaborando essa distinção, em outra perspectiva, traz a noção de textos prefigurativos, textos produzidos em situação de trabalho e

textos avaliativos ou interpretativos, noções essas que têm sido também objeto de análise de pesquisadores do grupo ALTER-CNPq.

Porém, a autora nos lembra que até o final da década de 1990 os estudiosos da ergonomia não tomavam o trabalho do professor como foco de seus estudos. Segundo a autora, foram as mudanças ocorridas nos processos de trabalho que possibilitaram o trabalho docente ser considerado um novo objeto de estudo. A autora explica como se deu esse processo de mudança que está relacionado a um discurso dominante surgido que pregava que os programas avaliativos e métodos de formação profissional das instituições governamentais e das empresas não eram mais adequados ao mercado de trabalho. Esse discurso gerou uma série de reformas dos sistemas educacionais, tendo a lógica do mercado como base, não só exigindo que os métodos e os conteúdos de ensino fossem renovados, mas também que um novo profissional de ensino fosse constituído. Machado cita como exemplo desse processo a edição dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) em 1988.

Para a autora, foi sob a hegemonia do neoliberalismo que ocorre a mercantilização dos bens intelectuais. A educação foi considerada, nesse processo, uma mercadoria. Com todas essas mudanças, houve mudanças do agir do professor, tendo surgido processos de formação de professores e muitas pesquisas sobre essa questão.

Machado acrescenta que surgiu um movimento de reação a essas políticas governamentais, emergindo pesquisas que encontraram na “abordagem ergonômica um instrumento adequado para enfocarem a complexidade da atividade educacional enquanto trabalho e o real funcionamento do professor como trabalhador” (p. 90).

Na última seção intitulada “Concepções sobre o trabalho na ergonomia da atividade e na clínica de atividade e nossas concepções sobre o ‘trabalho do professor’” a autora discute o conceito de *trabalho* com base na Ergonomia e na Clínica da Atividade, para propor, posteriormente, uma definição provisória do *trabalho do professor*.

A autora se apóia em Bronckart (2004), Clot (1999/2006), Amigues (2004) e Saujat (2002) para conceituar o trabalho como uma atividade que sofre a influência do contexto mais imediato e mais amplo, envolvendo o trabalhador em todas as suas dimensões: física, cognitiva, emocional etc. É uma atividade pessoal, sempre única, e ao mesmo impessoal, já que as tarefas são prescritas por instituições externas e hierarquicamente superiores ao trabalhador, que reelabora estas prescrições, orientando-se por objetivos que constrói para si mesmo. Além disso, segundo a

autora, a atividade de trabalho é mediada por instrumentos materiais ou simbólicos, quando o trabalhador se apropria de artefatos socialmente construídos e disponibilizados pelo meio social. A autora aponta outras características da atividade de trabalho, terminando de conceituá-lo afirmando que a atividade de trabalho por ser conflituosa:

pode ser fonte para a aprendizagem de novos conhecimentos e para o desenvolvimento de capacidades do trabalhador ou fonte de impedimento para essas aprendizagens e para esse desenvolvimento, quando o trabalhador se vê diante de dilemas intransponíveis que lhe tiram o poder de agir, gerando-se daí sofrimento, fadiga, estresse a até desistência de agir no seu ofício (p.92).

Em seguida, Machado expõe um esquema em que representa visualmente os elementos básicos da atividade de trabalho do professor, esclarecendo que o professor não se encontra isolado, mas em determinado contexto sócio-histórico, inserido em um sistema de ensino e em um sistema educacional específicos. No esquema, a autora representa o trabalho (em geral) como:

Uma atividade em que um determinado sujeito age sobre o meio, em interação com diferentes “outros”, servindo-se de artefatos materiais ou simbólicos construídos sócio-historicamente, dos quais ele se apropria, transformando-os em instrumentos para seu agir e sendo por eles transformados (p.92-93).

De acordo com a autora, o professor, no seu trabalho, mobiliza o seu ser integral “com o objetivo de criar um meio que possibilite aos alunos a aprendizagem de um conjunto de conteúdos de sua disciplina e o desenvolvimento de capacidades específicas relacionadas a esses conteúdos” (p.93).

A autora, ao conceituar o trabalho docente, afirma que para que o professor possa desenvolver de forma plena o seu trabalho, é necessário que o professor reelabore as prescrições, readaptando-as de acordo com o seu contexto, mantendo ou reorientando o seu agir de acordo com as necessidades de cada momento; aproprie de artefatos, transformando-os em instrumentos para o seu agir, selecionando-os a cada situação; utilize modelos de agir sócio-historicamente construídos por seu coletivo de trabalho; encontre soluções para os diversos conflitos.

Anna Rachel Machado encerra a seção afirmando que é com base no conceito de trabalho docente discutido que tem alicerçado suas pesquisas (dos integrantes do grupo ALTER do LAEL-PUC/SP, do qual esta autora faz parte) buscando identificar as representações do agir do professor em diferentes textos que circulam na sociedade em geral e na instituição educacional.

Indubitavelmente, este artigo contribui para uma nova conceituação do trabalho do professor em uma abordagem que utiliza a Ergonomia e a Clínica da Atividade, possibilitando compreender o professor não apenas como mero executor de prescrições, mas como um ser criativo, que a todo o momento adapta e readapta as prescrições de acordo com o seu contexto. Possibilita, dessa forma, compreender o “enigma” do trabalho docente e a sua complexidade. Por esse motivo, a leitura deste artigo é indispensável a todos que se interessam pelo trabalho docente, independente do nível de ensino.

Referências Bibliográficas

- AMIGUES, René. Trabalho do professor e trabalho de ensino. In: MACHADO, A.R. (Org.) **O ensino como trabalho. Uma abordagem discursiva**. Tradução Anna Rachel Machado. PR : Eduel, 2004. P.35-54.
- BOURDIEU, P; CHAMBOREDON, J.-C; PASSERON, J.-C. (1968/2004). **Ofício de sociólogo: metodologia de pesquisa na sociologia** [Trad. de Guilherme João Teireira]. Petrópolis, Vozes.
- BRONCKART, J.-P. **Pourquoi et comment analyser l’agir verbal et non verbal en situation de travail**, in : Bronckart, J.-P et le Groupe LAF (eds.) *Agir et discours en situation de travail*. Cahiers de la Section de Sciences de l’Education, 103, p.11-144.
- _____ Por que e como analisar o trabalho do professor, em Bronckart, J.-P. **Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano**. MACHADO, A.R.; MATENCIO, M.de L.M. (Orgs.) [Trad. Anna Rachel Machado, Maria de Lourdes Matêncio et al.] Campinas, Mercado de Letras, p.203-229.
- CLOT, Yves. **A função psicológica do trabalho**. Tradução de Adail Sobral, RJ : Editora Vozes, 1999/2006.
- SAUJAT, Frédéric. 2002. **Ergonomie de l’activité enseignante et développement de l’expérience professionnelle: une approche clinique du travail du professeur**. (Tese de doutorado em Ciências da Educação. Université de Aix-Marseille I.
- TAYLOR, F.W. **La direction scientifique des entreprises**. Paris, Dunond.